

A implantação do programa de economia solidária em desenvolvimento por meio da SENAES no rio grande do sul³⁸

Caroline Goerck

Assistente Social, Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS; Professora de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – Unipampa. E-mail: carolinegoerck@yahoo.com.br

Leonía Capaverde Bulla

Assistente Social, Pós-Doutora em Serviço Social e Professora da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Porto Alegre /RS.

Monique Bronzoni Damascena

Acadêmica e Bolsista do Curso de Serviço Social da Unipampa.



Artista: Jorge Pinzón

Resumo: A Economia Popular Solidária surgiu no Brasil, nas últimas décadas do século XX, como uma das alternativas de gerar trabalho e renda aos sujeitos excluídos do mercado formal de trabalho. Faz-se necessário o incentivo do Estado, mediante políticas e programas sociais, que financiem e assessoram os empreendimentos coletivos. O governo brasileiro criou, em 2003, o Programa de Economia Solidária em

Desenvolvimento, que possui como intencionalidade fortalecer e viabilizar as experiências de geração de trabalho e renda. O governo está tentando materializar este objetivo por meio de parcerias estabelecidas com instituições da sociedade civil, vinculadas à Secretaria Nacional de Economia Solidária, que, por intermédio de assessorias e processos de incubação, juntamente com outros setores governamentais e incubadoras universitárias, operacionalizam e materializam o referido Programa Social. Pretende-se, neste artigo, apresentar

³⁸ Este artigo é originado de uma pesquisa de doutorado realizada por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na PUCRS e com o apoio da CAPES. Colaborou com esta pesquisa, a acadêmica Caroline da Rosa e Maria Eliane Saucedo do Curso de Serviço Social da Unipampa.

como este Programa vem sendo implantado no Rio Grande do Sul/Brasil, juntamente com a parceria das instituições de apoio mencionadas.

Palavras-chave: Geração de Renda, Economia Popular Solidária, Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Abstract: The Popular Solidarity Economy surged in Brazil, on the last decades of 20th century, as one of the alternatives to generate work and income to the formal market job excluded people. It's required the incentive of the State, with politics and social programs which finance and assessors the collective ventures. The Brazilian government created, on 2003, The Popular Solidarity Economy Program on Development, that has as intent strengthen and enable the experiences of generating work and income. The government is trying to materialize this objective through partnerships established with civil society institutions, bound to the Solidarity Economy National Secretary, that, by intermediate of advisory services and processes of incubation, with other governmental sectors and academic incubators, operate and materialize the social program.

It's the objective, on this article, show how this program has been deployed at Rio Grande do Sul/Brazil, whit the partnership of support institutions mentioned

Keywords: Income generation. Popular Solidarity Economy. Popular Solidarity Economy Program

INTRODUÇÃO

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo efetivado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –, mediante uma parceria existente entre o Estado e a participação da sociedade civil. Diante desta realidade, procurou-se por meio deste artigo desvelar também as características das instituições de apoio – governamentais, da sociedade civil e das incubadoras universitárias –, existentes no Rio Grande do Sul, que, em parceria com o Estado estão desenvolvendo os processos de assessoria e/ou incubação junto aos empreendimentos de Economia Popular Solidária.

Procurou-se também averiguar como vem ocorrendo a vinculação estabelecida entre as instituições de apoio e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento – por meio da SENAES –, no Rio Grande do Sul, bem como desvelar informações sobre as metodologias de incubação utilizadas durante o processo de assessoria e/ou incubação que estão sendo ou foram desenvolvidos por tais instituições.

Serão introduzidos, num primeiro momento, informações e dados relacionados às incubadoras universitárias e às instituições sociais e governamentais existentes no Rio Grande do Sul, que estão ou já estiveram vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento – por meio da SENAES. Posteriormente, serão apresentados os processos de incubações que

estão sendo realizados pelas instituições de apoio, juntamente com as atuais possibilidades de vinculação entre estas instituições e o Governo Federal. Por fim, serão tecidas as considerações finais.

1. Instituições de Apoio: suas vinculações com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES no Rio Grande do Sul

Por meio desta pesquisa pode-se desvelar quais são as instituições de apoio que já tiveram ou possuem alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento – por intermédio da SENAES – desde 2003 no Rio Grande do Sul. Desta forma, ressalta-se que com este estudo pode-se constatar a existência de 20 instituições – governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias – que, em parceria com o Estado vêm tentando materializar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, de forma que o mesmo contribua para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul.

Constituem as instituições que possuíram ou possuem alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Estado: Centro de Educação Popular – CAMP – Porto Alegre; Associação Casa da Economia Popular Solidária do Rio Grande do Sul – ACEPS – Porto Alegre; Centro de Apoio à Economia Popular Solidária – CAEPS – Passo Fundo; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico-eletrônico da Grande Porto Alegre – STIMMEPA – Porto Alegre; Escola de Trabalhadores 8 de Março – Novo Hamburgo; Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo; Centro Público de Economia Solidária de Caxias do Sul – Caxias do Sul; Centro Público de Economia Solidária de Gravataí – Gravataí; Superintendência Regional do Emprego e Trabalho – SRTE/RS (vinculada ao MTE) – Porto Alegre; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTERCOOP/UCPel – Pelotas; Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – Unijuí – Ijuí; Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta (Feira de Economia Solidária) – Cruz Alta; Projeto Brasil Local – Porto Alegre e Santana do Livramento; Centro Público de Economia Solidária de São Lourenço do Sul – São Lourenço do Sul; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INTERCOOP/FURG – Rio Grande; Guayí: democracia, participação e solidariedade (Oscip) – Porto Alegre; Projeto Esperança/Cooesperança (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos) – Santa Maria; Centro Público Economia Solidária de Santa Vitória do Palmar – Santa Vitória do Palmar; Associação do Trabalho e Economia Solidária – ATES (ONG) – Pelotas; e Incubadora da Unisinos (Incubadora Empresarial Tecnológica do CEFET/RS – São Leopoldo/RS).

Dentre estas 20 instituições, 50% possuem convênio – entre 2008 e 2009 – com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela SENAES: Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – Unijuí – Ijuí; Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta (Feira de Economia Solidária) – Cruz Alta; Projeto Brasil Local – Porto Alegre e Santana do Livramento; Centro Público de Economia Solidária de São Lourenço do Sul – São Lourenço do Sul; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Intcoop/FURG – Rio Grande; Guayí: democracia, participação e solidariedade (OSCIP) – Porto Alegre; Projeto Esperança/Cooesperança (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos) – Santa Maria; Centro Público Economia Solidária de Santa Vitória do Palmar – Santa Vitória do Palmar; Associação do Trabalho e Economia Solidária – ATES (ONG) – Pelotas; e Incubadora da UNISINOS.

Esta pesquisa tentou abranger a totalidade das instituições, entretanto participaram do estudo 11 instituições de apoio, que possuem ou não no momento convênio com o referido Programa Social e com a SENAES. Destas 11 instituições pesquisadas, 7 possuem e 4 não possuem convênio na atualidade. As 4 instituições que não possuem convênio no momento participaram da pesquisa por meio da análise que envolveu os questionários respondidos e retornados pelos profissionais nelas inseridos, sendo: Superintendência Regional do Emprego e Trabalho – SRTE/RS – Porto Alegre; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTERCOOP/UCPel – Pelotas; Centro de Apoio à Economia Solidária – CAEPS; e Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo. Em relação às instituições que possuem convênio no momento, 7 participaram da pesquisa: Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta (Feira de Economia Solidária) – Cruz Alta; Guayí: democracia, participação e solidariedade (OSCIP) – Porto Alegre; e Projeto Esperança/ Coesperança (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos) – Santa Maria; Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – Unijuí – Ijuí; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares INTERCOOP/FURG – Rio Grande; Associação do Trabalho e Economia Solidária – ATES – Pelotas; e Projeto Brasil Local – nacional (Porto Alegre e Santana do Livramento). Em seguida serão introduzidas as características das instituições pesquisadas.

1.1. Caracterização das Instituições de Apoio mapeadas e pesquisadas

No tocante à totalidade das instituições mapeadas pela pesquisa – 20 instituições de apoio –, que possuem ou possuíram alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES, constatou-se as seguintes informações:

Tabela 1 - Instituições de Apoio Vinculadas no Rio Grande do Sul com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES (2003 – 2009)

Instituições de Apoio com Convênio entre 2008-2009:		
10 instituições (50%)		
Instituições da Sociedade Civil = 3 (30%)	Instituições Governamentais = 4 (40%)	Incubadoras Universitárias = 3 (30%)
Instituições de Apoio sem Convênio entre 2008-2009:		
10 instituições (50%)		
Instituições da Sociedade Civil = 5 (50%)	Instituições Governamentais = 4 (40%)	Incubadoras Universitárias = 1 (10%)

Total das Instituições de Apoio Mapeadas:		
20 instituições (100%)		
Instituições da Sociedade Civil = 8 (40%)	Instituições Governamentais = 8 (40%)	Incubadoras Universitárias = 4 (20%)

Fonte: Pesquisadoras

Com base nestas informações, constata-se que das 20 instituições de apoio que possuem ou tiveram alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES, 40% são instituições vinculadas à sociedade civil, 40% às instituições governamentais e 20% às incubadoras universitárias. Percebe-se, portanto, que ocorre uma paridade de vinculações estabelecida entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a SENAES, com instituições governamentais e da sociedade civil, que, juntas, constituem 80% das instituições de apoio. Desta forma, pode-se referir que no Rio Grande do Sul – apesar de que na sua totalidade 20 instituições já estiveram ou estão vinculadas a este Programa Social, devido a sua incipiência no Estado e no Brasil – o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pelo menos em relação ao seu processo de implantação, vem sendo efetuado de forma que vá ao encontro da descentralização político-administrativa, com a participação da sociedade civil organizada.

Já em relação à caracterização das 10 instituições que não possuem alguma forma de vínculo entre 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES, salienta-se que 50% estavam vinculadas à Sociedade Civil, 40% a setores governamentais, e somente 10% às Incubadoras Universitárias. Com base nestas informações constata-se uma diferenciação de apenas 10% entre as instituições de apoio ligadas à sociedade civil e às instituições governamentais, e pouca ênfase nas Incubadoras Universitárias (10%).

No que diz respeito, porém, às informações referentes à caracterização das 10 instituições de apoio que possuem convênio entre 2008 e 2009, salienta-se que 30% destas são vinculadas à sociedade civil, 40% à setores governamentais, e 30% são instituições ligadas às incubadoras universitárias. Desta forma, constata-se que no momento existe uma oscilação de 10% a mais de instituições vinculadas aos setores governamentais do que em relação às vinculadas à sociedade civil. Salienta-se, também, que entre 2008 e 2009 vem ocorrendo um incentivo maior do Estado às Incubadoras Universitárias, no que concerne aos processos de incubação, posto que se constitui num aumento de 20% em relação ao período sem convênio.

Por meio deste trabalho, verificou-se as principais características das 11 instituições pesquisadas que possuem e que não possuem vínculo entre 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela SENAES. Destaca-se que estas instituições de apoio se caracterizam por estarem vinculadas à Sociedade Civil, aos Setores Governamentais e às Incubadoras Universitárias. Diante destas informações constata-se que participaram da pesquisa 4 Instituições vinculadas à Sociedade Civil (36,3%), 4 a Setores

Governamentais (36,3%), e 3 que correspondem às Incubadoras Universitárias (27,2%).

Por meio das instituições de apoio pesquisadas pode-se destacar que as instituições Guayí: democracia, participação e solidariedade, o Projeto Esperança/Coesperança, a Associação do Trabalho e Economia Solidária – ATEs, e o Centro de Apoio à Economia Solidária – CAEPS, configuram-se como instituições da sociedade civil. Destaca-se que as mesmas se constituem como Instituição Religiosa – por meio da Cáritas, ONGs e OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

As ONGs e as OSCIPs estão relacionadas com a participação da sociedade civil nas demandas sociais, principalmente a partir da década de 90 do século XX, sendo que, não se constituem como instituições governamentais e nem como instituições privadas com objetivo de obter lucro – ou não deveriam –, entretanto a realidade nem sempre corresponde a esta intencionalidade. A redução dos movimentos sociais organizados no Brasil está relacionado com o crescimento e desenvolvimento das ONGs – levando em conta que esta realidade está vinculada com a aplicação do referencial teórico neoliberal nas políticas e programas sociais no Brasil e na América Latina, e com o processo de reestruturação do capital (GOHN, 2003).

Outro aspecto que deve ser destacado é o fato de que no final da década de 90 do século XX, as ONGs adquiriram uma legislação específica, de forma que as mesmas passaram a usufruir dos recursos públicos em âmbito legal. Estas ONGs passaram a ser denominadas de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. As OSCIPs foram legalizadas por meio da Lei número 9.790 de 23 de março de 1999, que dispõe, precisamente, sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos no Brasil. A Lei 9.790 do Brasil oportuniza a utilização de meio legais para que a prática e a parceria estabelecida entre as ONGs e o governo federal tornem-se formais (BARBOSA, 2007).

No que concerne às Instituições da Sociedade Civil pesquisadas – tanto o Projeto Esperança/Coesperança – vinculado à Instituição Religiosa –, as ONGs, a Associação do Trabalho e Economia Solidária – ATEs –, o Centro de Apoio à Economia Solidária – CAEPS – e a OSCIP – Guayí: democracia, participação e solidariedade – salienta-se que estas objetivam o fomento das experiências coletivas de geração de trabalho e renda em parceria com o Estado, de forma que as mesmas possam adquirir viabilidade no mercado. Tendo como intencionalidade analisar detalhadamente as Instituições da Sociedade Civil pesquisadas, será apresentada uma breve caracterização das mesmas, para, posteriormente, se referir às Instituições Governamentais também pesquisadas. Primeiramente será introduzida a OSCIP e, posteriormente, as 3 ONGs analisadas.

A Guayí: democracia, participação e solidariedade possui como objetivo principal por meio de seu trabalho, fomentar a elaboração de estratégias e ações que possibilitem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores assessorados. A Guayí possui como foco de trabalho também alcançar a democracia participativa, a luta feminista, as questões de gênero e, também, a Economia Popular Solidária, juntamente com as questões que envolvem o meio ambiente e a ecologia. Destaca-se, ainda, que a Guayí, integra a [Associação de Empreendimentos Solidários Emrede do Rio Grande do Sul](#). A Emrede é uma associação civil composta por cooperativas, microempresas solidárias, associações, grupos solidários e organizações não governamentais que compõem uma rede que se respalda nos princípios da Economia Popular Solidária, tendo como objetivo a comercialização dos produtos e serviços. A Guayí foi selecionada por edital público para fazer a implementação do Núcleo Estadual de Assistência Técnica – NEATES –, para Empreendimentos de Economia Popular Solidária. Este trabalho será levado a efeito por meio de apoio de execução realizado

conjuntamente com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/RS.

Já quanto ao Projeto Esperança/Cooesperança, pode-se destacar que este constitui-se numa experiência consolidada e faz parte do trabalho do Banco da Esperança da Diocese de Santa Maria e da Cáritas/RS. Este Projeto está vinculado à Igreja Católica por meio da Cáritas. Ou seja, este Projeto Social está vinculado à Cáritas do Rio Grande do Sul, mais especificamente no município de Santa Maria. O Projeto iniciou com a construção de alternativas a partir de 1980, juntamente com a Cáritas-RS, por intermédio dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários). Já a partir de 1987, passou a desenvolver suas atividades por meio da organização do Projeto Esperança/Cooesperança em âmbito regional. A Cooesperança – Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança –, constitui-se numa Central que, juntamente com o Projeto Esperança, “[...] congrega e articula os grupos organizados e viabiliza a Comercialização Direta dos produtos produzidos pelos Empreendimentos Solidários do Campo e da Cidade” (PROJETO..., acesso em: 11 maio 2009). Desta forma, por meio do Projeto Esperança/Cooesperança, vários empreendimentos coletivos existentes no meio rural e urbano, na Região Central do Estado, passam a receber assessoria de modo que viabilize a produção e comercialização dos produtos e serviços advindos destas experiências.

A Cooesperança trabalha juntamente com o Projeto Esperança de forma integrada. Por meio deste projeto foram criados pontos de comercialização “de produtos coloniais, hortigranjeiros ecológicos, caseiros, artesanais, panificação, confecção, serigrafia, artesanato em material reciclado, produtos da agroindústria familiar, carne de ótima qualidade e prestação de serviços, com a proposta da Economia Popular Solidária, na perspectiva de gerar trabalho e renda, dignidade pelo trabalho organizado, com a valorização do trabalho acima do capital, na construção da Cidadania e Inclusão Social”. Estes pontos de comercialização são denominados de “Teia da Esperança” e são administrados de forma colegiada pelos próprios Empreendimentos Solidários organizados e associados ao Projeto Esperança/Cooesperança. Este Projeto desenvolvido em Sana Maria é considerado referência nacional, devido ao fato de se constituir num dos primeiros trabalhos de assessoramento e fomento existentes nos Grupos Cooperativistas no Rio Grande do Sul e no Brasil.

A Associação do Trabalho e Economia Solidária – ATES –, localizada em Pelotas, constitui-se numa ONG que, por meio da elaboração de projetos sociais, adquire fontes de financiamento, que são utilizadas para fomentar empreendimentos de Economia Popular Solidária. A ATES é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem como missão incentivar, apoiar e acompanhar inúmeras formas de organização coletiva de homens e mulheres na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, seja na Economia Solidária com a geração de trabalho e renda de forma autogestionária, seja na disseminação do Software Livre e das novas tecnologias, no combate às discriminações de etnia e gênero, e construindo espaços protagonistas para a juventude (ATES, acesso em: 05 maio 2009). Por intermédio do trabalho desenvolvido pela ATES, almeja-se possibilitar condições de acesso aos trabalhadores das experiências coletivas a novas tecnologias de informação e comunicação, posto que estes trabalhadores estão excluídos do uso dessas ferramentas (ATES, acesso em: 05 maio 2009). Assim, a ATES vem desenvolvendo suas atividades principalmente na área da inclusão digital. Ou seja, por meio desta ONG, os trabalhadores dos empreendimentos coletivos assessorados passam a ter acesso e a usufruírem de qualificação profissional de forma que os mesmos interajam com a sociedade, podendo compreender e participar da mesma, mediante sua qualificação e aproximação a estas novas ferramentas tecnológicas.

Por fim, a 4 Instituição da Sociedade Civil pesquisada é o Centro de Apoio a Economia Popular Solidária – CAEPS –, localizado em Passo Fundo. O objetivo do CAEPS consiste em desenvolver ações para o fortalecimento da Economia Popular Solidária, contribuindo na articulação e fortalecimento de iniciativas já existentes e fomentando o surgimento de novas iniciativas (CAEPS, acesso em: 05 maio 2009). Os sujeitos e grupos que são assessorados pelo CAEPS são as organizações populares, os trabalhadores e sindicatos urbanos, bem como trabalhadores e sindicatos rurais. Para o desenvolvimento de suas atividades de assessoria, que objetivam fomentar e viabilizar as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, tanto no meio urbano, como no rural, o CAEPS conta com o apoio e recursos financeiros de Agências Internacionais de Cooperação, Empresas, Fundações ou Institutos Empresariais Brasileiros e doações em geral (CAEPS, acesso em: 05 maio 2009).

Reportando às instituições pesquisadas neste estudo e vinculadas aos setores governamentais – Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta, Centro Público de Economia Solidária de São Lourenço do Sul, Superintendência Regional do Emprego e Trabalho – SRTE/RS, e Projeto Brasil Local –, constatou-se que 2 instituições constituem-se enquanto centros públicos (50% das instituições governamentais pesquisadas), 1 constitui-se como um projeto social, e outra instituição está vinculada a um órgão governamental vinculado ao MTE. Destaca-se que tanto os centros públicos quanto o Projeto Brasil Local, constituem-se em instituições e projetos que foram criados para operacionalizar objetivos do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, levando em consideração que ambos constituem-se também como formas de materialização de atividades, previstas pelo referido Programa Social.

Já a SRTE/RS, porém, constitui-se como uma instituição em âmbito estadual, vinculada ao MTE, tendo como perspectiva a transversalidade deste Programa Social. A SRTE/RS tem como objetivo principal promover a garantia do direito ao trabalho a todos os cidadãos, por meio da fiscalização e orientação das formas de trabalho existentes, oferecendo apoio à organização de novos tipos de atividade; pela mediação das relações do trabalho, por intermédio da assistência ao trabalhador, com vistas a consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Constituem ações da SRTE/RS: a) enfrentar a precarização e a discriminação no trabalho; b) ampliar o alcance da fiscalização por meio da eficaz aplicação das normas legais e convencionadas especialmente as de proteção à vida e à saúde do trabalhador; c) promover um novo contrato social em torno das questões sindicais e trabalhistas; d) fomentar as práticas de mediação de conflitos das relações de trabalho; e) promover políticas públicas de emprego e renda, inserção no mercado de trabalho, ampliação da cidadania e qualificação de trabalhadores; f) apoiar e estimular atividades econômicas de autogestão; g) melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços mediante a revisão das práticas de gestão e a organização de um sistema de informações. Em relação à Economia Popular Solidária, a SRTE/RS objetiva estimular estas experiências coletivas como formas alternativas de geração de trabalho, tendo como perspectiva, também, que estes empreendimentos possam obter viabilidade no mercado.

O Projeto Brasil Local corresponde à atividade de [Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária, pela atuação de agentes de desenvolvimento solidário](#). O Brasil Local é um Projeto voltado para a geração de trabalho e renda por meio da Economia Popular Solidária. Sob o direcionamento da SENAES/MTE, o Projeto Brasil Local fomenta a organização de empreendimentos coletivos, de modo que os mesmos possam ter maior possibilidade de acesso a políticas e programas sociais, contribuindo para a viabilidade destas experiências. A execução do Brasil Local é feita por meio da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com diversos setores governamentais (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 05 maio 2009). O Projeto Brasil Local é destinado a

experiências coletivas direcionadas à agricultura familiar, prestação de serviços, artesanato e vestuário, localizados nos meios urbanos e rurais, tendo como público-alvo comumente os beneficiários do Programa Bolsa-Família – transversalidade de programas e políticas sociais. O Brasil Local é constituído por uma coordenação nacional, coordenadores estaduais e agentes de desenvolvimento, considerando que sua principal estratégia está relacionada com o processo de articulação de iniciativas que viabilizem o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 05 maio 2009). Menciona-se ainda que o Projeto Brasil Local fundamenta-se em duas linhas de atuação: a) estabelecimento de parcerias com os três níveis de governo e com a sociedade civil organizada; b) mobilização da comunidade. Desta forma, pretende-se, por meio do Projeto Brasil Local, articular os programas sociais com as instituições não governamentais e trabalhadores, mediante o trabalho desenvolvido pelos agentes de desenvolvimento (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 05 maio 2009). No Rio Grande do Sul foi pesquisado o desenvolvimento das atividades deste projeto em São Lourenço do Sul e Santana do Livramento.

Os Centros Públicos, por sua vez, constituem-se em instituições que estão relacionadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio da atividade de e [estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária](#). Os Centros Públicos de Economia Solidária caracterizam-se por espaços multifuncionais, que alojam um conjunto de atividades principalmente de comercialização, de formação e de articulação local da Economia Popular Solidária, que podem estar relacionadas a instituições governamentais ou não governamentais (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 05 maio 2009). As principais ações que envolvem os Centros Públicos estão relacionadas com: a) abrigar e promover a integração de iniciativas e projetos governamentais e não governamentais voltados ao fortalecimento da Economia Popular Solidária, como as atividades de mapeamento e a proposição de leis municipais; b) apoiar projetos voltados à geração de trabalho e renda, por meio de iniciativas de Economia Popular Solidária; c) apoiar a organização de redes e outras formas de articulação econômica dos empreendimentos solidários; d) promover ações para o desenvolvimento local; e) disponibilizar espaço físico e infraestrutura para atividades de comercialização, formação, assessoria e organização (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 05 maio 2009). Em relação aos 2 Centros Públicos pesquisados, constatou-se que os mesmos estão vinculados às prefeituras, posto que ambos correspondem à atual forma de vinculação existente entre as prefeituras e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a SENAES, objetivando fomentar e contribuir com a viabilidade das experiências coletivas.

Por fim, também foram pesquisadas instituições de apoio relacionadas com 3 Incubadoras Universitárias, sendo elas: Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – Unijuí; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares INTERCOOP/FURG; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTERCOOP/UCPel. Por meio das incubadoras, objetiva-se incubar e/ou assessorar as experiências de geração de trabalho e renda, com vistas a fortalecê-las e potencializá-las de forma que adquiram viabilidades no mercado. Busca-se também, por meio do trabalho de incubação, a inserção socioeconômica de sujeitos que estão à margem do mercado formal de trabalho, e contribuir, também, conseqüentemente, com o desenvolvimento sustentável local e regional. Saliencia-se ainda que o processo de incubação e assessoria objetiva por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –, formalizar e legalizar as experiências coletivas que estão constituídas por meio de grupos de trabalho, transformando-as em associações e/ou cooperativas. Outro aspecto preponderante no que concerne às incubadoras universitárias está relacionado à conciliação entre a pesquisa, o ensino e a extensão por meio das

incubadoras. Para a elaboração de sistematizações sobre a metodologia de incubação, no entanto, faz-se necessária a conciliação destes três elementos, considerando que um complementa o outro, principalmente para a produção de conhecimento científico. As Incubadoras Universitárias comumente estão vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e à SENAES, por meio do PRONINC, que foi criado para dar conta de uma das atividades do Programa de Economia Solidária, que tem a ver com o processo de assessoria e incubação, visando a fomentar as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, de forma que as mesmas possam adquirir viabilidade no mercado.

1.2. As Vinculações das Instituições de Apoio Pesquisadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES

No que concerne às atividades de assessoria que vêm sendo desenvolvidas pelas Instituições de Apoio Pesquisadas – 11 instituições –, pode-se destacar que a maioria delas – 6 instituições, que correspondem a 54,5% dos casos –, vinham realizando suas atividades de incubação antes mesmo da criação da SENAES, bem como do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Estas informações tornam-se relevantes na medida em que podem ser relacionadas com o fato de que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, assim como a SENAES, foram criados mediante uma solicitação e pressão da sociedade civil organizada ao governo federal, com base na demanda social existente relativa à Economia Popular Solidária.

Ou seja, se já existiam instituições – vinculadas à sociedade civil e às incubadoras universitárias – que estavam desenvolvendo atividades de fomento e assessoria às experiências de Economia Popular Solidária para que estas adquirissem viabilidade no mercado, destaca-se que se torna relevante e importante a criação da SENAES e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como do PRONINC, para que esta demanda social fosse atendida, também, por meio do Estado, de forma que adentrasse para a agenda pública brasileira. Expõe-se, ainda, que na medida em que o Estado passa a atender a esta demanda social, o mesmo procura estabelecer uma parceria com as instituições da sociedade civil e incubadoras universitárias – geralmente realizada por meio de aceite e financiamento de projetos sociais –, bem como, também, cria e passa a apoiar setores governamentais para atender esta demanda social.

Levando em consideração as instituições pesquisadas que já desenvolviam suas atividades antes da criação da SENAES, salienta-se que o Projeto Esperança/ Cooesperança possui maior tempo de experiência em assessoria, pois vem sendo realizado desde 1982. Destas 6 instituições referidas, salienta-se que 50% estão relacionadas com as Incubadoras Universitárias e 50% com Instituições da Sociedade Civil.

Já em relação às instituições pesquisadas que iniciaram seu trabalho de assessoria posteriormente à criação da SENAES e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, destaca-se, principalmente, as vinculadas aos setores governamentais. Desta forma, pode-se afirmar que das instituições pesquisadas somente a Associação do Trabalho e Economia Solidária – ATES –, criada em 2003, está vinculada à sociedade civil. As outras 4 instituições estão relacionadas com setores governamentais.

No tocante ao período de vinculação estabelecido entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento – por meio da SENAES – e as instituições de apoio pesquisadas, destaca-se que 4 iniciaram suas vinculações

com o referido Programa Social e com a SENAES desde 2003, sendo elas: o Projeto Esperança/Coesperança, a Superintendência Regional do Emprego e Trabalho, o Projeto Brasil Local e a Associação do Trabalho e Economia Solidária – ATES. Destas instituições, somente a Superintendência Regional do Emprego e Trabalho não possui convênio entre 2008 e 2009 com a SENAES.

As demais 7 instituições pesquisadas iniciaram suas vinculações com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES desde: 2005, o Centro de Apoio à Economia Popular Solidária – CAEPS; 2006, o Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta; 2008, a Guayí: democracia, participação e solidariedade e o Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo; e, ainda, a partir de 2005-2006 as 3 incubadoras universitárias: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTERCOOP/UCPel, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares INTERCOOP/FURG, e a Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – Unijuí. Destas 7 instituições, informa-se que o Centro de Apoio à Economia Popular Solidária – CAEPS, o Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo; e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTERCOOP/UCPel não possuem convênio entre 2008 e 2009.

Os vínculos estabelecidos entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento – por meio da SENAES –, e as instituições de apoio, ocorrem por intermédio de encaminhamento de projetos sociais elaborados por estas instituições de apoio – mediante abertura de editais e chamadas públicas –, que poderão ser ou não aceitos e aprovados pela SENAES. Quando um projeto social encaminhado pelas instituições da sociedade civil, governamentais e incubadoras universitárias que assessoram os empreendimentos coletivos é aceito pela SENAES, passa-se aos trâmites para a liberação de recursos financeiros advindos de órgãos de fomento, com vistas a contribuir para o desenvolvimento das atividades de apoio, divulgação, incubação e/ou assessoria e mapeamento de empreendimentos, entre outras atividades que tenham como intencionalidade principal viabilizar as experiências coletivas de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul, bem como no Brasil.

No que se refere aos vínculos estabelecidos entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e as instituições de apoio pesquisadas, relacionadas com as 3 incubadoras universitárias, salienta-se que estes vínculos ocorreram mediante a aprovação de projetos sociais selecionados e apoiados pela SENAES e instituições de fomento, por meio de abertura de editais vinculados também ao Proninc. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTERCOOP/UCPel, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares INTERCOOP/FURG e a Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável/UNIJUÍ, foram contempladas pelo financiamento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – PRONINC em sua segunda edição (2005-2006), sendo que na atualidade as Incubadoras da FURG e da Unijuí, estabeleceram novamente convênio por meio da 3ª edição do PRONINC (2008-2009), e, a Incubadora de Pelotas está no aguardo da liberação de recursos para o estabelecimento do novo vínculo.

Desta forma, menciona-se que o vínculo estabelecido entre as incubadoras pesquisadas e a SENAES, juntamente com o PRONINC, também está diretamente relacionado com uma das atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento atinente aos processos de assessoria e/ou incubação que buscam fomentar as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, para que estas possam se tornar ou se manterem viáveis no mercado. Estas 3 incubadoras pesquisadas auxiliaram veementemente no mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária no Estado, sendo de extrema

colaboração para este processo de caracterização dos empreendimentos coletivos.

Mediante estas informações coletadas, pode-se constatar que, em relação às instituições de apoio pesquisadas, as mesmas estão desenvolvendo suas atividades de forma que vão ao encontro das ações, objetivos e atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela SENAES.

Quadro 1 - Vinculação das Instituições pesquisadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a SENAES

Instituições pesquisadas com convênio	Forma de vínculo estabelecido entre as Instituições e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pelo SENAES	Atividade prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e que vem sendo realizada pelas Instituições pesquisadas por meio do vínculo com o Programa e com a SENAES
Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – Unijuí	Seleção de Projeto Social aprovado pela SENAES e pelo PRONINC e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta	Seleção de Projeto Social aprovado pela SENAES e financiado por Instituições de Fomento = está relacionado com o estímulo do Governo Federal às prefeituras	a) Estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares INTERCOOP/FURG	Seleção de Projeto Social aprovado pela SENAES e pelo PRONINC e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Associação do Trabalho e Economia Solidária	Seleção de Projeto Social aprovado pela SENAES e financiado por Instituições de	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária

– ATEs	Fomento	
Projeto Esperança /Coesperança	Seleção de Projeto Social aprovado pela SENAES e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários ; c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária .
Guayí: democracia, participação e solidariedade	Seleção de Projeto Social aprovado pela SENAES e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária .
Projeto Brasil Local – nacional (Porto Alegre e Santana do Livramento)	Vinculado diretamente à SENAES	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Promoção de Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário.
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTERCOOP/UCPel	Seleção de Projeto Social aprovado pela SENAES e pelo PRONINC e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários ; c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária .
Superintendência Regional do Emprego e Trabalho – SRTE/RS	Setor Vinculado ao Governo Federal – MTE	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária .
Centro de Apoio à Economia Popular Solidária– CAEPS	Seleção de Projeto Social aprovado pela SENAES e financiado por Instituições de	a) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária .

	Fomento	
Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo	Seleção de Projeto Social aprovado pela SENAES e financiado por Instituições de Fomento = está relacionado com o estímulo do governo federal às prefeituras	a) Estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária

Fonte: Pesquisadoras

Com base nestas informações analisadas, constata-se que, por meio das 11 instituições pesquisadas neste estudo, estão sendo desenvolvidas no Rio Grande do Sul somente 6 atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela SENAES, sendo elas: 1) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária – realizada por 72,7% das instituições pesquisadas –; 2) [Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários](#) – relacionada com as 3 incubadoras universitárias –; 3) [Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários](#) – realizado somente pelo Projeto Esperança/Coopesperança –; 4) [Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária](#) – desenvolvido por 63,6% das instituições pesquisadas; e 5) [Estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária](#) – relacionado com os 2 Centros Públicos Municipais; 6) Promoção de Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário – vinculado ao Projeto Brasil Local. Algumas das instituições pesquisadas informaram que, além de participarem dos Fóruns de Economia Popular Solidária, desenvolvem outras atividades nos mesmos ou por meio destes.

Ainda em relação à vinculação das instituições pesquisadas, verifica-se que, por Intermédio da transversalidade, 5 instituições – com base nas informações coletadas e analisadas –, desenvolvem ou desenvolveram suas atividades vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES, relacionadas com o PRONINC – no que concerne às 3 incubadoras universitárias – e, também, com o Programa Ethnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo – no que diz respeito à instituição SRTE/RS. Destaca-se esta realidade devido ao fato de constatar pelas informações coletadas que 45,4% das instituições desenvolvem suas ações respaldadas nos programas transversais.

Estas informações apresentadas comprovam, apesar das atividades desenvolvidas pelas instituições pesquisadas no Estado e do vínculo estabelecido entre estas instituições de apoio e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio da SENAES, irem ao encontro dos objetivos e atividades previstos pelo referido Programa e por esta Secretaria Federal, que a implantação deste Programa Social ainda está numa fase bem incipiente no Rio Grande do Sul – até porque a SENAES existe somente há 7 anos no Brasil.

Salienta-se, porém, que, mesmo com estas limitações, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com a SENAES, possui relevância social e importância em relação a sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, como também no Brasil. Justifica-se esta realidade devido ao fato de existirem,

no referido Estado e no país, 2.085 e 21.857, respectivamente, empreendimentos coletivos mapeados entre 2005 e 2007. Para além dos sujeitos trabalhadores envolvidos nestes empreendimentos mapeados, salientam-se ainda os familiares dos mesmos, que, também, comumente necessitam desta renda para sobreviver, seja de forma complementar ou exclusiva aos rendimentos obtidos por estas famílias. Faz-se necessária, entretanto, a pressão exercida pela sociedade civil organizada no referido Estado – Fóruns de Economia Popular Solidária – para que, gradativamente, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento seja implantado e efetivado no Rio Grande do Sul – bem como no Brasil.

Quanto à participação das 11 instituições de apoio pesquisadas no Estado nos Fóruns de Economia Popular Solidária, como também no Conselho Nacional de Economia Solidária, pode-se constatar que somente o Projeto Esperança/Coesperança e o Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo, participam do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Além de participarem do Conselho Nacional, estas 2 instituições participam das quatro instâncias do Fórum de Economia Popular Solidária – municipal, regional, estadual e nacional. Destaca-se ainda que o Projeto Esperança/Coesperança também participa do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária de Santa Maria/RS. As outras 9 instituições pesquisadas não participam do CNES e nem de conselhos municipais. Para além da autuação destas 2 instituições no FBES, no que concerne à participação das outras 9 instituições de apoio pesquisadas, averiguou-se, por meio das informações obtidas, que 5 delas também participam do FBES, 7 instituições que participam do FBES.

Com base nestas informações, pode-se constatar que 2 Instituições participam do CNES, 7 do FBES, 6 participam de todas as instâncias do Fórum – estadual, regional e municipal –, 2 fazem parte do Fórum Estadual e Municipal – e 2 não responderam. Assim, pode-se concluir que somente 18,1% das instituições pesquisadas participam do CNES, 63,6% do FBES e 81,8% de alguma instância do Fórum de Economia Popular Solidária, seja em âmbito estadual, regional ou municipal. Constata-se, portanto, uma supremacia da participação das instituições pesquisadas nas instâncias representativas de Economia Popular Solidária relacionadas com a sociedade civil organizada, e verifica-se também a pouca participação das referidas instituições no Conselho Nacional de Economia Solidária. Esta realidade vai ao encontro das informações apresentadas anteriormente, quando se apontou a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e de seu respectivo Conselho Federal. Salienta-se, também, que ambos foram criados perante a pressão exercida pela sociedade civil organizada, e, ainda, que, com base na categoria de contradição, este Programa Social também se constitui como uma forma de atenuar e regular os conflitos sociais relacionados com a questão social.

1.3 O Processo de Assessoria e/ou Incubação desenvolvido pelas Instituições de Apoio Pesquisadas

Mediante as informações coletadas, relacionadas as 11 instituições de apoio pesquisadas quanto ao desenvolvimento de suas atividades vinculadas aos processos de assessoria e incubação, pode-se averiguar que 7 instituições possuem projetos de intervenção elaborados, que mencionam os objetivos e a metodologia de incubação utilizadas para o desenvolvimento de assessoria/incubação realizada com as experiências de Economia Popular Solidária, sendo elas: Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta; Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTERCOOP/UCPel; Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – Unijuí; Incubadora Tecnológica

de Cooperativas Populares – INTERCOOP/FURG; Guayí: democracia, participação e solidariedade; e Centro de Apoio à Economia Popular Solidária – CAEPS. O Projeto Esperança/Coesperança informou que não possui um projeto formalizado relacionado com o processo de intervenção, mas projetos elaborados para a arrecadação de recurso e apoio ao Projeto Esperança/Coesperança e as Feiras promovidas pelo mesmo.

Na totalidade, porém, 7 das 11 instituições pesquisadas (64,0%) – considerando que 3 não responderam –, possuem projetos de intervenção elaborados. Destacam-se estas informações, pois o processo de trabalho parte de uma intencionalidade para chegar numa finalidade, e, a partir do momento em que uma instituição, que desenvolve assessoria às experiências coletivas de geração de trabalho e renda, não possui um projeto elaborado, pode ser que a mesma não tenha clareza das suas atividades e objetivos. Pode significar também, entretanto, que, apesar das instituições não terem um projeto elaborado, as mesmas podem ter clareza das atividades e objetivos desenvolvidos, porém não possuem uma equipe de profissionais aptos para elaborar e sistematizar o processo de intervenção necessário. Ou, ainda, pode significar que os profissionais estão assoberbados ou não destinam a devida importância ao projeto de planificação das atividades.

Por intermédio das informações obtidas, pode-se constatar uma semelhança entre os objetivos propostos pelas instituições pesquisadas que possuem clareza de suas ações, por meio dos projetos elaborados de assessoria. Desta forma, constata-se que os objetivos que norteiam o processo de intervenção do Centro de Apoio à Economia Popular Solidária – CAEPS –, do Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo, do Centro Público de Cruz Alta e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTERCOOP/UCPel –, se assemelham, pois salientam três aspectos que devem permear a metodologia utilizada durante os processos de assessoria/incubação das experiências de geração de trabalho e renda, que são: a) a formação, b) a capacitação, e c) a formalização do empreendimento. A formação e a capacitação estão relacionadas com o processo de qualificação das experiências coletivas, bem como dos profissionais das instituições; a formalização do empreendimento está vinculada com o processo de legalização da experiência assessorada.

Outros objetivos também foram referenciados por estas 3 instituições, pois o CAEPS citou os princípios da Economia Popular Solidária que envolvem o consumo solidário e a organização de espaços de comercialização. Já a INTERCOOP/UCPel e o Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo, indicaram os princípios da autogestão, da viabilidade econômica, da preservação ambiental e do exercício da cidadania, mediante das trocas entre o saber popular e o saber acadêmico. O Centro Público de Cruz Alta ainda mencionou que visam também à sustentabilidade dos empreendimentos coletivos e o processo de autogestão.

A Guayí: democracia, participação e solidariedade informou que possui como objetivo estimular a auto-organização da sociedade para a construção de seus direitos, em que haja socialização dos frutos do desenvolvimento e de todas as dimensões do poder, com respeito às diferenças, não sendo estas motivo de desigualdade social. Ou seja, a Guayí se direciona à inserção produtiva e social das experiências coletivas, juntamente com a implantação de um processo de autogestão, construção de rede por ramo de atividade assessorada, em que os princípios da Economia Popular Solidária estejam presentes nas suas ações.

Quanto às 2 incubadoras pesquisadas, que possuem vínculo entre 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pode-se constatar que os objetivos que norteiam o processo de intervenção delas –

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares INTERCOOP/FURG e Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Unijuí –, são semelhantes. Desta forma, pode-se referir como objetivos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - INTERCOOP/FURG: a) prestar assessoria a empreendimentos de Economia Popular Solidária, visando o desenvolvimento socioeconômico cultural e humano para a formação da cidadania coletiva; b) contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento local e regional, pela difusão da proposta de cooperativismo autogestionário e outras formas de organização associativa; e c) possibilitar a professores, técnicos e alunos da instituição uma aproximação maior com a comunidade. A Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Unijuí possui cinco eixos centrais que norteiam a sua intervenção: a) incubação e assessoria de experiências coletivas; b) divulgação e promoção da Economia Popular Solidária; c) formação e qualificação técnica; d) comercialização por meio de organização de feiras; e) mapeamento, que consiste em identificar e caracterizar os empreendimentos coletivos.

Os objetivos previstos por estas 2 incubadoras, assim como pelas demais instituições referidas, vão ao encontro dos objetivos e atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES. Estas 2 incubadoras, porém, possuem em comum a intencionalidade de aproximar os empreendimentos coletivos ao conhecimento técnico que a incubadora pode oferecer, bem como focalizar suas atividades na integração entre a comunidade acadêmica e a comunidade local-regional, buscando o desenvolvimento sustentável.

O Projeto Esperança/Coesperança, apesar de não possuir um projeto de incubação/assessoria formalizado possui clareza de sua intencionalidade de intervenção, uma vez que informaram que objetivam a valorização dos empreendimentos solidários para que se tornem sujeitos interativos e independentes. Deste modo, os objetivos do Projeto Esperança/Coesperança constituem-se por meio da promoção da transformação social, política, econômica, cultural, ambiental, eclesial, ecumênica, e pelo autodesenvolvimento associativo comunitário e transformador sustentável por meio de projetos de geração de trabalho e renda, dentro da perspectiva da Economia Popular Solidária, da Agricultura Familiar e da Agroecologia, com vistas a incluir socialmente estes trabalhadores.

Em relação as informações obtidas relacionadas com as experiências coletivas assessoradas, pode-se afirmar que estas, assessoradas pelas instituições de apoio, possuem características em comum, como o fato de se constituírem em cooperativas, associações e grupos, alguns familiares, que procuraram gerar trabalho e renda aos sujeitos, por intermédio de diversos ramos de atividades, seja no meio urbano, seja no rural. Destaca-se também que a SRTE/RS trabalha com as comunidades quilombolas – historicamente excluídas dos bens e produtos socialmente produzidos; e, o Projeto Brasil Local desenvolve atividades de fomento a Economia Popular Solidária por meio de agentes. Já os Centros Públicos caracterizam-se por atenderem em seu espaço de comercialização as experiências coletivas, entretanto setores vinculados a prefeituras também assessoram estes empreendimentos coletivos. E, por fim, a Incubadora Universitária que, além de ter como intencionalidade aproximar a universidade da população local-regional e produzir conhecimentos, objetiva assessorar os empreendimentos coletivos. Salienta-se que as instituições de apoio objetivam assessorar as experiências de Economia Popular Solidária com vistas a contribuir para a viabilidade destes empreendimentos coletivos no mercado.

O trabalho de assessoria e/ou incubação e os procedimentos metodológicos que vêm sendo desenvolvidos pelas instituições de apoio pesquisadas com as experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do

Sul, segundo informações obtidas esta pesquisa, está sendo realizado da seguinte forma: o trabalho de assessoria do Projeto Esperança/Cooesperança e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTERCOOP/UCPel –, se assemelham, pois informaram que desenvolvem as atividades relacionadas com a realização de cursos, encontros, seminários, oficinas e atividades práticas como formas de trabalho. Dentre outras atividades, o Projeto Esperança/Cooesperança salienta também as viagens de estudo de que participam, realização de assembléias, participação em Congressos e a promoção de trocas entre as experiências assessoradas. Já a INTERCOOP/UCPel salienta, ainda, que suas atividades são realizadas por intermédio da ação de equipes interdisciplinares, formadas por professores, técnicos e estudantes, que visitam os empreendimentos e discutem com os trabalhadores as demandas existentes e a forma de atendê-las.

A assessoria-incubação do Centro de Apoio à Economia Popular Solidária – CAEPS está pautada no acompanhamento e nos debates constantes desenvolvidos com os empreendimentos. O CAEPS afirma que procuram levar em conta as especificidades de cada local e características dos empreendimentos coletivos. O Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo apenas informou que o trabalho de assessoria é realizado nos próprios empreendimentos, pois não disponibilizam de espaço físico para o desenvolvimento das atividades metodológicas. A Guayí: democracia, participação e solidariedade e o Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta, não especificaram em suas respostas como desenvolvem o trabalho de assessoria e incubação, juntamente com a Superintendência Regional do Emprego e Trabalho, com a ATES e com o Projeto Brasil Local, que também não responderam a questão.

Verificou-se que as 2 incubadoras que possuem convênio entre 2008 e 2009, a Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – Unijuí e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INTERCOOP/FURG, se assemelham, posto que utilizam três estágios no processo: a) de incubação: a pré-incubação inicia-se quando verbalmente representantes de experiências demandam da necessidade da incubação; b) a incubação inicia-se pela realização de um planejamento participativo, que determina as ações a serem desenvolvidas tanto pela incubadora como pelos empreendimentos; e c) a pós-incubação, que consiste na realização de ações mais pontuais, a partir das demandas e da necessidade do grupo. Paralelamente a estas atividades, desenvolvem também, por meio da assessoria, seminários, cursos, oficinas, encontros, palestras, reuniões, grupos de estudo e pesquisa, e produção de material informativo, entre outros.

Com base nestas informações – mesmo que limitadas, pois 5 instituições, que representam 45,4% das pesquisadas, não informaram como desenvolvem o trabalho de assessoria e/ou incubação –, porém, bem como por meio das outras 7 instituições que informaram diretamente, pode-se constatar que as metodologias utilizadas durante o processo de assessoria e/ou incubação – pelas instituições de apoio pesquisadas no Rio Grande do Sul –, vão ao encontro dos objetivos, atividades e metodologias previstas pela SENAES para serem desenvolvidas com as experiências de Economia Popular Solidárias assessoradas. Outra questão refere-se ao fato de que as instituições de apoio pesquisadas, mesmo que ainda não de forma plena, ao assessorarem as experiências coletivas, possuem como intencionalidade potencializar a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, bem como contribuir para a legalização dos empreendimentos, seja por meio de associações e/ou cooperativas.

Este trabalho torna-se mais completo e fortalecido a partir do momento em que as instituições de apoio vinculam-se ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES, recebendo de órgãos de fomento recursos financeiros, além do apoio da SENAES e da participação de encontros de formação e

monitoramento das atividades. Por isto se acentua a relevância da SENAES e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pois, na medida em que este Programa Social for expandindo-se e se consolidando, poderá contribuir, por meio das instituições governamentais, civis e incubadoras universitárias, com as experiências de geração de trabalho e renda, de forma que se tornem viáveis no mercado.

Quando foram coletadas as informações entre 2008 e 2009, averiguou-se que alguns empreendimentos já haviam transformado-se em associações e cooperativas, considerando que ainda 3 grupos estavam migrando para a condição de associação. Isto significa que, mesmo ainda de forma limitada e incipiente, possivelmente o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com as Instituições de Apoio, vem contribuindo para a legalização dos empreendimentos e, portanto, contribuindo para a viabilidade dos mesmos.

No que concerne ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelas 11 instituições de apoio pesquisadas, estas informaram que este vai ao encontro do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da SENAES. As instituições alegaram que o trabalho de assessoria e/ou incubação que estão desenvolvendo, estão respaldados nos princípios da Economia Popular Solidária. Além disso, as instituições de apoio referiram também, que almejam fortalecer o processo de trabalho das experiências coletivas, de forma que as atividades desenvolvidas por estas experiências correspondam à proposta da Economia Popular Solidária e de um modelo sustentável de desenvolvimento, em que o respeito pelo meio ambiente esteja presente.

Outra questão que pode ser averiguada está relacionada com a preocupação e interesse das instituições pesquisadas para que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento seja efetivado e fortalecido, de modo que o mesmo, após ser implantado em sua plenitude, num segundo momento, possa transformar-se em uma política social. Para isto, primeiramente faz-se necessário que os objetivos previstos pela SENAES sejam atingidos e concretizados, no que se relaciona ao acesso a créditos, à comercialização, à formação dos agentes e dos empreendimentos, ao Novo Marco Legal – que objetiva também enfrentar as falsas cooperativas e associações e afastar os trabalhadores da condição de informalidade, por meio da criação de uma nova legislação social que inclua estes trabalhadores – e às Finanças Solidárias.

Outra demanda de extrema importância que foi apontada pelas instituições de apoio pesquisadas está relacionada ao término do processo de assessoria e/ou incubação. Segundo as informações, este se constitui num dos momentos de maior dificuldade do trabalho desenvolvido pelas instituições de apoio e experiências incubadas. Comumente os empreendimentos podem se tornar dependentes do processo de assessoria, por isto estas instituições informaram que o planejamento das atividades e o monitoramento do trabalho podem se constituir em ferramentas necessárias para que a incubação ocorra de forma que contribua para a independência e a viabilidade das experiências coletivas. Mencionaram também que não existe uma “receita de bolo” para o desenvolvimento da assessoria, pois a mesma ainda está em fase de concepção, elaboração e execução devido a sua incipiência, pois consiste num trabalho processual. O que já pode ser constatado é que o trabalho de assessoria e incubação é de fundamental importância para a viabilidade das experiências coletivas, mesmo estando ainda em seu princípio.

As instituições informaram, também, que o trabalho que vem sendo desenvolvido visa a garantir um acompanhamento técnico das experiências – como forma de monitoramento –, de modo que o mesmo seja pautado nos princípios da Economia Popular Solidária. Por fim, comunicaram ainda que o trabalho que vem

sendo desenvolvido busca dar conta de atividades previstas pela SENAES e pelo referido Programa Social, como: incubação e assessoria; divulgação e promoção da Economia Popular Solidária; formação e qualificação técnica; comercialização mediante organização de feiras; legalização dos empreendimentos; promoção por meio de agentes de desenvolvimento; e no mapeamento, que consiste em identificar e caracterizar os empreendimentos coletivos.

Com base nas informações obtidas, pode-se averiguar que as instituições de apoio pesquisadas procuram desenvolver as suas atividades de assessoria e/ou incubação, que objetivam a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, bem como o fortalecimento da Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul – como também no Brasil –, tendo como embasamento os princípios da Economia Popular Solidária, apontados e informados em diversas respostas e documentos analisados. Pode-se verificar, ainda, que a preocupação com a sustentabilidade das experiências coletivas, despertadas e conscientizadas nos trabalhadores, principalmente sobre a preservação do meio ambiente, também apareceu em respostas e documentos analisados – além de integrar o nome de uma das instituições pesquisadas: a Incubadora da Unijuí. Desta forma, compreende-se que as instituições pesquisadas almejam também a sustentabilidade ambiental, juntamente com a viabilidade das experiências coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo implantado no Rio Grande do Sul, por meio de uma parceria estabelecida entre o governo federal – SENAES – e as instituições de apoio – governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Mediante esta parceria, o Estado pretende contribuir com a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária por meio da disponibilização de recursos financeiros e encontros de formação, além do processo de divulgação da Economia Popular Solidária e por intermédio do desenvolvimento de objetivos e atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela SENAES. Assim, as instituições de apoio vêm configurando-se como o eixo de vinculação entre o governo federal e as experiências coletivas, pelos seus processos de assessoria e/ou incubação.

O governo federal pretende constituir uma parceria com as instituições de apoio – lembrando que as mesmas participam das instâncias representativas e organizadas da sociedade civil, relacionadas com a Economia Popular Solidária no Brasil. Salienta-se, portanto, que as instituições mencionadas, informaram que procuram desenvolver seu trabalho de forma que o mesmo contribua para a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária. Desta forma, constata-se uma supremacia quase que absoluta em relação a compreensão que as instituições de apoio pesquisadas têm sobre o trabalho que desenvolvem e a possível contribuição do mesmo para a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária.

REFERÊNCIAS

ATES. Disponível em: <<http://ates-ong.blogspot.com/2009/04/aberto-novo-escritorio-da-ates.html>>. Acesso em: 5 maio 2009.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e de ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

CAEPS. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/associadas_pag.php?sigla11=CAEPS>. Acesso em: 5 maio 2009.

ECOSOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_promocao_brasil.asp>. Acesso em: 5 maio 2009).

GOERCK, Caroline. **Programa de Economia Solidária**: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MTE. Emenda a Medida Provisória. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ata_2007030607_01.pdf>. Acesso em: 29 maio 2009.

_____. Novo Marco Jurídico da Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_elaboracao.asp>. Acesso em: 28 maio 2009.

PROJETO Esperança/Cooesperança. Disponível em: <http://www.esperancacooesperanca.org.br/index.php?acao=quem_somos>. Acesso em: 11 maio 2009.

PROGRAMA Economia Solidária em desenvolvimento. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp>. Acesso em: 02 mar. 2009.

PRONINC. (Org.). **Finep**. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/programas/PRONINC.asp>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Lei de Economia Solidária Sancionada em Santa Maria/RS. **Projeto esperança Cooesperança**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3599>. Acesso em: 04 mar. 2009.

SENAES. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009

SIENS. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Economia Solidária. Mapeamento Rio Grande do Sul. Impressão: AMBP – Sociedade Banco de Projetos. A publicação deste caderno, **“Economia Solidária – Mapeamento Rio Grande do Sul”** é resultado do mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), em Convênio firmado entre Unitrabalho e Finep, Ref: 2297/06 – n. 01.06.0547.00.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no Brasil: um retrato em 2005. In: Economia Solidária/Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social. Manual para Formadores. **Descobrimos a outra economia que já acontece**. MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária: esplanada dos Ministérios, Bloco F, sl. 339 – Brasília, DF, 2007.